Governo do Estado de São Paulo SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE MARCO LEGAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E **INOVAÇÃO ESTADUAL FEDERAL** ANO Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 (Lei dos Estrangeiros) 1980 Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. (disciplina vistos para estrangeiros em viagem cultural ou em missão de estudos) Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências. 1990 Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990 Dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação, e dá outras providências. (concede isenção de impostos às Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação -ICTs) Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 1993 Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 Dispõe sobre as relações entre as instituições 1994 federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Lei nº 9.727, de 14/05/1996 Regula Direitos e Obrigações Relativos à Propriedade Industrial 1996 Lei nº 9.279, de 15/06/1996 (Lei de Propriedade Industrial) Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Decreto nº 2.553, de 16/04/1998 1998 Regulamenta os arts. 75 e 88 a 93 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Lei nº 9.610, de 04/09/1998 (Lei de Direitos Autorais) Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Decreto nº 3.201, de 06/10/1999 Dispõe sobre a concessão, de ofício, de licença 1999 compulsória nos casos de emergência nacional e de interesse público de que trata o art. 71 da Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996. Lei nº 10.196, de 14/02/2001 2001 Altera e acresce dispositivos à Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, e dá outras providências. Decreto nº 4.533, de 19/12/2002 Dá nova redação aos arts. 10 , 20 , 50 , 90 e 10 o do Decreto nº 3.201, de 6 de outubro de 1999, que dispõe 2002 sobre a concessão, de ofício, de licença compulsória nos casos de emergência nacional e de interesse público de que trata o art. 71 da Lei nº 9.279, de 14/05/1996 Lei nº 10.973, de 02/12/2004 2004 Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Decreto nº 5.563, de 11/10/2005 Regulamenta a Lei nº 10.973, de 02/12/2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. 2005 Lei nº 11.196, de 21/11/2005 Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras -RECAP e o Programa de Inclusão Digital. Decreto nº 5.798, de 07/06/2006 (Lei do Bem) 2006 Regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, de que tratam os arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005. Resolução SS nº 26, de 26/02/2008 Institui o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, define diretrizes gerais para o seu funcionamento. Resolução SS nº 174, de 18/11/08 2008 Dispõe sobre a designação de Membros e Secretária Executiva para o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. Lei Complementar nº 1049, de 19/06/2008 (Lei Paulista de Inovação) Dispõe sobre medidas de incentivo à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico, à engenharia não-rotineira e à extensão tecnológica em ambiente produtivo no Estado de São Paulo. Lei nº 12.091, de 12.091 de 11/11/2009 Decreto nº 53.963, de 21/01/2009 Acrescenta inciso VII ao § 2o do art. 81 da Lei no 9.610, 2009 Institui, no âmbito da Administração Pública Estadual a Política de Gestão do Conhecimento e Inovação e dá de 19 de fevereiro de 1998, para incluir o nome dos dubladores nos créditos das obras audiovisuais providências correlatas. Decreto nº 54.690, de 18/08/2009 Regulamenta dispositivos que especifica da Lei Complementar nº 1.049 de 19/06/2008, que dispõe sobre medidas de incentivo à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico , à engenharia não rotineira e à extensão tecnológica em ambiente produtivo no Estado de São Paulo Decreto nº 56.569, de 22/12/2010 Cria os Núcleos de Inovação Tecnológica - NITs, no âmbito 2010 das Instituições Científicas e Tecnológicas do Estado de São Paulo - ICTESPs, das Secretarias de Estado que especifica e dá providências correlatas Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC 2011 Decreto nº 7.646, de 21/12/2011 Resolução SS nº 45, de 18/05/2011 Dispõe sobre a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - SUS e sobre Altera os Artigos 2º e 3º da Resolução SS-26, de 26/02/2008, o processo administrativo para incorporação, exclusão que institui o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, e dá outras providências. e alteração de tecnologias em saúde pelo SUS, e dá outras providências. Portaria Interministerial, nº 652, de 14/9/2012 Estabelece as prioridades da política industrial e tecnológica nacional, para promover e incentivar o .Resolução SS nº 53, de 10/05/2012 desenvolvimento de produtos e processos inovadores em empresas nacionais e em entidades nacionais de Institui um Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT no âmbito direito privado, sem fins lucrativos, voltados para da Secretaria de Estado da Saúde e dá outras providências atividades de pesquisa, mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura destinados a apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento. Portaria Interministerial, nº 686 ,de 2/10/2012 Institui parceria entre os Ministérios da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Inovação para cooperação técnica na formulação de políticas de apoio ao desenvolvimento científicos, tecnológico e de inovação em áreas de interesse da saúde humana, por intermédio da integração da Política Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde com a Estratégia 2012 Nacional de Ciência e Tecnologia e constitui Comissão Técnica Interministerial Portaria MCTI nº 868, de 21/11/2012 Estabelece os requisitos para a aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários nas áreas de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, e os procedimentos para o acompanhamento de sua implementação, para efeitos do Decreto nº 7.603, de 09/11/2011 Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012 Dispõe sobre (...) o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico Portaria IP nº 23 de 25/11/13 Designa membros técnicos do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT, do Instituto Pasteur Portaria IAL nº 23, de 06/12/13 2013 Designa os membros para comporem o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, do Instituto Adolfo Lutz Portaria IB, de 10/12/13 Designa membro para exercer a função de Responsável Técnico, no Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT Decreto 60.286 de 25/03/2014 (SPAI) Institui e regulamenta o Sistema Paulista de Ambientes de Inovação - SPAI e dá providências correlatas Portaria SUCEN nº 64, de 15/04/14 Decreto nº 8.269, de 25/06/2014 Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de adotar os Institui o Programa Nacional de Plataformas do procedimentos necessários junto à Secretaria de Conhecimento e seu Comitê Gestor Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação para a criação do NIT na SUCEN Portaria nº 715, de 16/07/2014 Estabelece procedimento de análise dos Formulários 2014 para Informações sobre as atividades de Pesquisa Tecnológica e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica – FORMP&D, enviados pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais disciplinados pelo Capítulo III da Lei nº 11.196, de 21/11/2005 (Lei do Bem), regulamentado pelo Decreto nº 5.798, de 07/06/2006. Portaria nº 788, de 05/08/2014 Dispõe sobre a criação de Comitês de Auxílio Técnico para auxiliar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em atividade de natureza consultiva relacionadas à política de fomento à inovação tecnológica, disciplinada no Capítulo III da Lei nº 11.196, de 21/11/2005 (Lei do Bem), regulamentada pelo Decreto nº 5.798, de 07/06/2006. Emenda Constitucional nº 85, de 27/02/2015 Altera e adiciona dispositivos na constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação. Lei nº13.123, de 20/05/2015 (Acesso ao Patrimônio Genético) Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3° e 4° do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16/03/1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23/08/2001; e dá outras providências. Portaria nº 308, de 08/05/2015 Institui a Comissão de Avaliação e Acompanhamento visando aferir a adequação e pertinência de projetos e programas em ciência, tecnologia e inovação. E C nº 85, de 26 de fevereiro de 2015 Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação. 2015 Portaria nº 704, de 11/08/2015 Dá nova redação ao artigo 4º da Portaria nº 577, de 04/06/2014, relativo ao Comitê de Coordenação do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. Portaria IAL nº 17. de 08/07/15 Dispõe sobre a nova designação para Membros do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Adolfo Lutz Decreto nº 61.418 de 10/08/2015 Medida Provisória nº 694, de 30/09/2015 (Lei do Bem) Acrescenta Disposição Transitória ao Decreto nº 60.286, de Altera a Lei nº 9.249, de 26/12/1995, para dispor sobre 25 de março de 2014, que instituiu e regulamentou o Sistema o imposto sobre a renda incidente sobre juros de capital Paulista de Ambientes de Inovação - SPAI próprio, a Lei nº 10.865, de 30/04/2004, e a Lei nº 11.196, de 21/11/2005, para dispor sobre os benefícios fiscais do Regime Especial da Indústria Química e para Decreto nº 61.492 de 17/09/2015 suspender, no ano-calendário de 2016, os benefícios fiscais de que tratam os arts. 19, 19-A e 26 desta Lei Institui procedimento para apresentação, análise e teste de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública, encaminhadas pela iniciativa privada mediante provocação do Poder Público, e dá providências correlatas Resolução Governamental de 16/10/2015 Designa os indicados para comporem as Comissões de Análise das Soluções Inovadoras Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera as legislações relacionadas. Decreto nº 62.016, de 10/06 /2016 Institui, junto à Secretaria de Governo, o Comitê Gestor do Projeto "São Paulo: Inovação Aberta em Saúde", 2016 integrante do MoU - Memorando de Entendimento assinado em outubro de 2013, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Reino Unido e dá providências correlatas Resolução de 10/06/16 Designa, nos termos do § 3º do art. 2º do Dec. 62.016, de 10-6-2016, os indicados para comporem o Comitê Gestor do Projeto São Paulo: Inovação Aberta em Saúde. Portaria DG/IAL nº4, de 11/01/2017 Portaria nº 254, de 13 /01/2017 Estabelece princípios , diretrizes, orientações e bases normativas Para a Política da Gestão da Propriedade Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia Intelectual do Instituto Adolfo Luitz Instrução Normativa nº 70, de 11/04/2017 Estabelecer o procedimento administrativo de Portaria HCRP nº44, de 06/03/2017 averbação de licenças e cessões de direitos de propriedade industrial e de registro de contratos de Cria o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, diretamente transferência de tecnologia e de franquia, na forma da subordinado à Superintendência, caracterizado como órgão Lei n° 9.279, de 14 de maio de 1996. técnico incumbido de gerir a política de inovação do Hospital. Portaria DG/IAL nº 11, de 05/05/2017 Regimento Interno do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Adolfo Lutz - NIT-IAL IAL 2017 Portaria nº 2.544, de 12 /05/2017 Portaria IP nº 5, de 15/05/2017 Institui o Conselho Consultivo do Ministério da Reorganiza a composição do Núcleo de Inovação Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações Tecnológica - NIT—do Instituto Pasteur Portaria nº 3.008, de 1º/06/2017 Decreto nº 62.597, de 25/05/2017 Estabelece arranjos de Núcleos de Inovação Reorganiza o Conselho das Instituições de Pesquisa do Tecnológica —NIT- e suas respectivas Unidades de Estado de São Paulo e dá providências correlatas Pesquisa e Organizações Sociais Integrantes Portaria nº 4.349, de 03/08/2017 2018 Portaria IDPC nº 14, de 03/08/2017 Dispõe sobre os procedimentos para a prestação de informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Constitui a Comissão Técnico-Científica, também denominada Inovações e Comunicações - MCTIC, pelas empresas Conselho Executivo composto pelo Responsável Técnico e beneficiárias dos incentivos fiscais de que trata o Capítulo III da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem), sobre os seus programas de por membros nomeados pela diretoria do IDPC representantes dos seis subnúcleos. pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação Portaria IDCP nº 14, de 03/08/2017 tecnológica, bem como para a análise dessas informações, e para o oferecimento de contestação e *REPUBLICAÇÃO* recurso ao resultado da referida análise. Portaria nº 1.367-SEI, de 04/08/ 2017 Decreto nº 62.817 de 04/09/2017 Autoriza o Instituto Nacional da Propriedade Industrial Regulamenta a Lei federal nº 10.973, de 2 de dezembro de (INPI) a instituir e manter, nos mesmos termos já definidos nas Portarias anteriores, por 18 (dezoito) 2004, no tocante a normas gerais aplicáveis ao Estado, assim meses, a partir da publicação, a experiência piloto de como a Lei Complementar nº 1.049, de 19 de junho de 2008, trabalho remoto com fundamento no §6°, do art. 6°, do e dispõe sobre outras medidas em matéria da política Decreto n° 1.590 de 10 de agosto de 1995. estadual de ciência, tecnologia e inovação Decreto nº 9.283, de 7/02/2018 Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2°, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo 2019 nacional e regional. Portaria nº 2.851, de 10/06/2019 Institui Grupo de Trabalho para propor melhorias à gestão do emprego dos benefícios fiscais decorrentes da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem). Decreto nº 9.947, de 31/07/2019 Altera o Decreto nº 5.798, de 7 de junho de 2006, que regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, de que tratam os art. 17 ao art. 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. Portaria nº 5.082, de 25/09/2019 Altera a Portaria nº 2851/2019 e concede novo prazo de funcionamento do Grupo de Trabalho para propor melhorias à gestão do emprego dos benefícios fiscais decorrentes da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem). Decreto nº 10.057, de 14/10/2019 Dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. Portaria nº 6.762, de 17 de dezembro de 2019 Institui o Programa Nacional de Apoio aos Ambientes Inovadores - PNI, visando fomentar o surgimento e a consolidação de ecossistemas de inovação e de mecanismos de geração de empreendimentos inovadores no País. Portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020 Decreto nº 64.974, de 12 de maio de 2020 Define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações Institui o Programa de Implementação de Soluções Inovadoras para a Administração Pública - IdeiaGov, e dá (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o providências correlatas. período 2020 a 2023. Portaria 2.256, de 18 de maio de 2020 Altera, excepcionalmente, os prazos de que tratam o caput e o § 1º do art. 2º, e o art. 5º, da Portaria MCTIC nº 4.349, de 4 de agosto de 2017, que disciplina os procedimentos para prestação de informações, ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais de que trata o Capítulo III da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem), referentes às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica informadas por meio do Formulário Eletrônico - FORMP&D. Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020 2020 Dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação. Portaria nº 2.801, de 1º de julho de 2020 Dispõe sobre o plano de reinvestimento dos débitos decorrentes da não realização, total ou parcial, dos investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 Portaria MCTIC-GM nº 2.794, de 30/06/20 Dispõe sobre as normas e diretrizes para a prestação de informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI, pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais de que trata o Capítulo III da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem), referentes aos seus programas de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, bem como os procedimentos para a análise das informações e para a apresentação contestação e recurso do resultado da análise. Portaria MCTI-GM nº 3.206, de 25/08/20 Institui, no âmbito da Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, a Iniciativa Regenera Brasil e o respectivo Comitê Gestor. Decreto nº 10.497, de 28/09/20 Institui o Mês Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovações. Portaria MCTI-GM nº 3.859, de 08/10/20 Aprova o novo formulário para que as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação - ICT prestem, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI, as informações anuais relativas à política de propriedade intelectual da ICT, às criações desenvolvidas no âmbito da instituição, às proteções requeridas e concedidas, aos contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia celebrados, ambientes promotores da inovação existentes e outras informações que o MCTI considerar pertinentes. Portaria MS-GM nº 2.466, de 16/09/20 Institui a Comissão de Propriedade Intelectual em Saúde e altera o Capítulo III do Anexo XXVII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Decreto nº 10.534, de 28/10/20 Institui a Política Nacional de Inovação e dispõe sobre a sua governança Portaria nº 4.382, de 14 de janeiro de 2021 Disciplina procedimentos e requisitos para a aprovação de projetos de investimento como prioritários na área de Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, para fins de emissão de debêntures incentivadas, nos termos do disposto na Lei n° 12.431, de 24 de junho de 2011, e no Decreto n° 8.874, de 11 de outubro de 2016, e para fins de investimento no território nacional em novos projetos de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação por parte de Fundos de Investimento em Participações na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FIP-PD&I), nos termos do § 1º-A do art. 1º da Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007, e dá outras providências. Portaria nº 50, de 29 de janeiro de 2021 Dispõe sobre a autorização de funcionamento dos Polos de Inovação dos Institutos Federais de Educação, 2021 Ciência e Tecnologia do Amazonas, de Goiás, do Triângulo Mineiro e de São Paulo. Portaria nº 4.488, de 23 de fevereiro de 2021 Institui, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, a Iniciativa Brasil-Biotec e cria o Comitê Gestor responsável pela sua supervisão implementação de seus objetivos. Portaria nº 4.514, de 2 de março de 2021 Dispõe sobre as condições dos investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País para efeitos do atendimento ao Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020 Documento elaborado pela equipe técnica do Centro de Documentação da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Última atualização: março/2021